

PANORAMA DA CONFIGURAÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Marcia de Freitas Zago (1)

(1) Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, marciadefreitas@gmail.com

Resumo: Ao longo de sua trajetória, a educação profissional brasileira passou por diversas modificações estruturais e funcionais que determinaram os rumos seguidos por esta modalidade de ensino no país. As escolas federais se consolidaram como referência de qualidade na oferta de formação profissional. Em 1997, a publicação do Decreto 2.208/1997 oficializou a separação entre formação geral e formação profissional e ocasionou uma fragmentação na formação profissional. As escolas federais foram fortemente penalizadas por esta reforma, que culminou na estagnação da oferta da educação profissional pública. A partir de 2004, com a publicação do Decreto 5.154/2004, que retoma a oferta da formação geral integrada à formação profissional, surgem novas perspectivas para a educação profissional. Dentre estas, destaca-se a criação dos Institutos Federais (IF), instituições oriundas de uma transformação efetivada nas escolas técnicas federais, que integrou diversas escolas em uma e ampliou o seu grau de abrangência e sua área de atuação. Os IF são autarquias especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, com autorização para atuar na educação superior. Este artigo tem por objetivo apresentar o panorama atual da configuração da oferta da educação profissional nos Institutos Federais a fim de levantar indícios sobre o caminho que estas instituições estão trilhando desde a sua criação para consolidar-se como referência na oferta desta modalidade de ensino no país. Através de uma abordagem documental, foi realizada uma revisão de literatura sobre a trajetória da educação profissional no Brasil, sobre as diretrizes de concepção dos IF e sua proposta de criação. Em seguida, a pesquisa analisou os Planos de Desenvolvimento Institucional de dez IF previamente selecionados a fim de mapear a configuração da oferta da educação profissional nestas instituições. Os dados preliminares têm permitido conhecer o panorama atual da distribuição de vagas e de novos cursos nos IF e analisar como estas instituições estão se configurando desde seu surgimento até os dias de hoje em relação às diretrizes inseridas na sua proposta de criação. Foi possível perceber que, embora a oferta da educação superior pelos IF esteja aumentando, a finalidade principal destas instituições ainda permanece na oferta de educação profissional e tecnológica que atenda às demandas do setor produtivo. Diante disso, é possível inferir que um dos principais desafios a serem enfrentados pelos IF é a retomada da oferta de uma educação profissional integrada à formação geral inserida nas diretrizes do projeto de sua criação, característica marcante das escolas técnicas federais que lhes deram origem.

Palavras-chave: Educação Profissional; Instituto Federal; Distribuição de Vagas; Plano de Desenvolvimento Institucional.

INTRODUÇÃO

Concebida inicialmente como um elemento das políticas públicas educacionais do país utilizado para proporcionar às classes economicamente menos favorecidas o aprendizado de um ofício, a educação profissional brasileira passou por diversas modificações ao longo de sua história. Rever esta trajetória é contar a história de uma grande parcela dos trabalhadores do Brasil e reconhecer a importância e a força das instituições especializadas na oferta desta modalidade de ensino no país.

Ao longo de sua trajetória, a formulação das políticas para educação profissional brasileira foi influenciada pelo contexto político, social e econômico em vigor no país. Uma

ação recente destas políticas é a transformação em 2008 das Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), autarquias com autonomia administrativa, patrimonial, didática, pedagógica e disciplinar.

Os IF são instituições de educação profissional que atuam na oferta de oferta de cursos técnicos, de tecnologia, bacharelados, formação de professores, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento (BRASIL, 2008).

Os IF estão presentes em todos os estados brasileiros e são constituídos por um conjunto de *campi* localizados em diferentes mesorregiões¹ de um estado brasileiro, responsáveis por promover a interiorização da oferta da educação profissional a partir de cidades-polo e por fortalecer os arranjos locais produtivos, sociais, culturais e educacionais (MACHADO, 2011).

A verticalização da oferta da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior, a otimização da infraestrutura física e de gestão, a integração entre educação geral e educação profissional são destaques do modelo institucional adotado pelos IF, os quais passaram a ser as principais instituições especializadas na oferta de educação profissional da Rede Federal de EPT e do país.

O objetivo deste trabalho é apresentar um panorama da configuração da oferta da educação profissional pelos IF a fim de levantar indicativos sobre o caminho que estas instituições estão trilhando para consolidar-se como referência na oferta desta modalidade de ensino no país.

Este texto é parte de uma pesquisa de doutorado na área de educação sobre a concepção e a configuração dos IF, cujo foco reside na investigação da forma como estas instituições vem se consolidando em relação à oferta de educação profissional e às diretrizes inseridas na sua proposta de criação.

Num primeiro momento, o texto aborda a educação profissional ofertada pelas escolas federais, avançando para a discussão de sua oferta em uma nova institucionalidade. A seguir, é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa para a coleta dos dados da pesquisa. Ao final, destacam-se os resultados preliminares encontrados e suas respectivas análises.

¹ A mesorregião é definida pelo IBGE e agrupa regiões dentro do mesmo estado baseado no “[...] processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial” (IBGE, 2015).

1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS FEDERAIS

As instituições de ensino que deram origem aos IF percorreram ao longo da sua trajetória “[...] sucessivas denominações e formas de atuação no campo da formação profissional, às quais corresponderam respectivas formas de organização e de oferta de níveis e modalidades educacionais variados” (PADILHA; LIMA FILHO, 2016, p. 3).

A conjuntura política e/ou econômica em vigor no país e as demandas apresentadas pela sociedade redirecionaram os objetivos e finalidades da educação profissional, estabeleceram modificações estruturais e funcionais na sua oferta e determinaram os rumos seguidos por esta modalidade de ensino no Brasil.

A transformação das escolas federais em CEFET conferiu a estas instituições prerrogativa para ofertar, além dos cursos técnicos e de tecnologia, cursos de graduação e pós-graduação com objetivo de formar profissionais em engenharia industrial e cursos de formação de professores para disciplinas específicas da educação profissional de nível médio e dos cursos de tecnologia.

A educação profissional passou a atender pessoas provenientes de diversas classes sociais. As vagas ofertadas pelas escolas federais passaram a ser disputadas por trabalhadores e jovens oriundos da classe média, que viam nestas instituições uma oportunidade para acessar o nível superior de ensino, uma vez que “[...] os egressos destas instituições apresentavam elevados índices de aprovação no vestibular” (TAVARES, 2012, p.2).

A oferta de um ensino médio de qualidade em uma instituição gratuita despertou o interesse das camadas médias que viram nas escolas federais a oportunidade de obter uma formação consistente preparatória para os vestibulares (ARRUDA, 2010). Segundo Arruda (2010), quando os alunos mais bem preparados passaram a concorrer pelas vagas ofertadas pelas escolas federais, o acesso dos alunos oriundos das camadas populares, aparentemente interessados em obter uma formação para o trabalho, se tornou mais restrito.

O deslocamento do foco de atuação das instituições federais da oferta de educação profissional da formação da classe trabalhadora para outros níveis de ensino ganhou mais força quando os primeiros CEFET implantaram os cursos de graduação na área de engenharia e, gradativamente, ampliaram sua atuação para os programas de pós-graduação (CAMPELLO, 2007). A partir daí, as escolas federais passaram a sofrer críticas que iam desde o alto custo de sua manutenção, ao desvio dos seus egressos da inserção no mercado de trabalho para o ingresso no ensino superior e à concentração de recursos públicos em instituições que ofereciam um atendimento seletivo e restrito à população (RAMOS, 2014).

Com o objetivo de apresentar uma alternativa para o problema do desvio de função das escolas federais e ao mesmo tempo em atendimento à ideologia neoliberal, o Estado desenvolveu uma política para restringir o acesso das camadas populares ao ensino superior e para desestimular o interesse das camadas médias pelo ensino profissional (ARRUDA, 2010).

No final do século XX a educação profissional brasileira passou por uma reestruturação, justificada pelo Governo Federal como necessária para adequar as políticas educacionais às demandas do sistema produtivo. O principal marco regulatório que oficializou esta reforma é o Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997) que separou no âmbito legal a formação geral da formação profissional, a qual deveria ser ofertada de forma concomitante ou subsequente ao ensino médio.

Um dos maiores reflexos desta medida para as escolas federais foi a descaracterização de sua institucionalidade, uma vez que a formação integral vinculada à educação profissional ofertada por estas instituições deixou de ser permitida (CARVALHO; CARNEIRO, 2014).

Ramos (2006) ressalta que as instituições federais especializadas na oferta da educação profissional não tiveram alternativa, senão implementar o ensino modular e ofertar cursos técnicos direcionados ao preparo para o exercício profissional, “[...] diminuindo-se a exigência de conhecimentos científico-tecnológicos que estruturam os processos produtivos e as atividades profissionais” (RAMOS, 2006, p. 10).

Outra medida de destaque deste período e que gerou um grande impacto na educação profissional foi a aprovação da Lei nº 9.649/1998 (BRASIL, 1998), que vinculou a expansão da educação profissional ao estabelecimento de convênios e parcerias com entidades diversas.

A separação oficial entre ensino propedêutico e ensino profissional, juntamente com a vinculação do aumento do número de instituições públicas de ensino profissional ao estabelecimento de parcerias e convênios com outras entidades, originaram um período de estagnação da oferta da educação profissional pública no Brasil.

Este período perdurou até a revogação do Decreto nº 2.208/1997 a partir da publicação do Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), que retomou a possibilidade da oferta do ensino médio integrado à educação profissional, porém manteve a oferta das modalidades concomitante e subsequente.

O retorno da autorização para a oferta de cursos profissionais integrados ao ensino médio abriu novas perspectivas para a educação profissional no Brasil. A partir daí, o Governo Federal adota uma política de expansão de vagas da educação profissional, juntamente com a interiorização de sua oferta. Um dos destaques desta política é a oficialização da Rede Federal de EPT e a criação dos IF através da Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA NOVA INSTITUCIONALIDADE

O processo de criação dos IF foi precedido por uma série de proposições para a educação profissional e de muitos embates sobre as políticas públicas para esta modalidade de educação, e também foi permeado por diversos conflitos e incertezas entre as instituições que iriam compor a nova institucionalidade.

Em 2007, o Governo Federal apresentou a proposta para a criação de uma nova institucionalidade e estabeleceu diretrizes para o processo de integração das instituições federais de educação tecnológica e para a constituição dos IF.

Otranto (2010) observa que nesta época boa parte das EAF objetivavam sua transformação em CEFET, à qual iria lhes conferir mais autonomia e promoção à categoria de instituição de educação superior. Por outro lado, o CEFET-MG e o CEFET-RJ pleiteavam ascender à categoria de universidade tecnológica como já acontecera com o CEFET-PR.

Diversas preocupações e incertezas cercavam as escolas federais em relação à criação da nova institucionalidade: a limitação da autonomia institucional a partir da integração de diversas instituições, a perda de identidade das escolas que tiveram a formação profissional de nível médio como objetivo principal e o temor de uma possível extinção do ensino técnico sob a alegação de uma intencionalidade do governo em transferir a responsabilidade do ensino técnico para os estados (OTRANTO, 2010).

O Governo Federal sinalizou a impossibilidade transformação das EAF em CEFET, o que impediria a estas Instituições ascender à classe de instituição de educação superior. Assim, todas as EAF e ETF ainda existentes, bem como a maioria dos CEFET, aderiram à proposta governamental de constituição de uma nova institucionalidade. De acordo com Otranto (2010), os CEFET-MG e CEFET-RJ ainda continuaram pleiteando sua transformação em universidade tecnológica e consideravam que para eles a proposta de transformação em IF representava um retrocesso, uma vez que já ofertavam cursos superiores e programas de pós-graduação.

Os IF, resultantes de um processo de transformação pelo qual passaram os CEFET, ETF e EAF, foram estruturados a partir do potencial destas instituições e que, conseqüentemente, herdaram a infraestrutura, os quadros de pessoal, bem como o prestígio conferido a estas escolas (PADILHA; LIMA FILHO, 2016).

Por força da lei, os IF têm como prioridade a oferta de ensino profissional de nível médio, devendo reservar 50% de suas vagas para cursos da educação profissional de nível médio (BRASIL, 2008). A lei de criação dos institutos preconiza ainda que 20% das vagas ofertadas pelos IF devem ser destinadas à cursos de formação de professores.

Os IF estão autorizados a ofertar cursos de nível superior e programas de pós-graduação, o que os torna concorrentes das universidades, públicas e privadas. No entanto, é preciso observar que a legislação determina que os IF devem ofertar preferencialmente cursos de formação de professores e que os cursos de bacharelado e de tecnologia ofertados por estas instituições devem ser inerentes a áreas consideradas estratégicas do ponto de vista econômico (TAVARES, 2012).

As diretrizes dos IF são permeadas pelos princípios da integração da formação geral com a formação profissional e da verticalização do ensino, da educação básica até a educação superior, perpassando o atendimento às demandas crescentes da sociedade por formação profissional vinculada ao desenvolvimento integral do trabalhador (MEC, 2008).

Juracy (2009) destaca que o principal objetivo dos IF é a formação para o exercício profissional, seja para aqueles que precisam da formação em nível técnico, para aqueles que necessitam de formação superior para a realização de suas atividades profissionais, como para aqueles que precisam de qualificações profissionais mais específicas.

Quanto à integração do ensino, Ramos (2014) afirma que o fomento para a oferta do ensino médio integrado nos IF está expresso pela exigência legal de que estas instituições garantam 50% das suas vagas para a educação profissional de nível médio, preferencialmente no formato de cursos integrados. As possibilidades legais e institucionais atribuídas aos IF conferem a estas instituições condições de realizar a articulação entre a formação geral e a formação profissional no nível médio como jamais foi possível na história da educação profissional brasileira (RAMOS, 2014).

Uma das principais características que diferencia a institucionalidade dos IF dos demais modelos de instituições de ensino do país é sua atuação em diferentes níveis e modalidades de ensino, traduzida pela verticalização da formação profissional, conjugada com a otimização da sua infraestrutura física, dos quadros de pessoal e dos recursos de gestão (BRASIL, 2008).

De acordo com Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2009), a verticalização do ensino não abrange apenas a oferta de cursos em diversos níveis dentro de uma mesma instituição. Esse conceito implica na organização dos componentes curriculares de uma forma que permita a construção de itinerários formativos entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica ofertados pela instituição, possibilitando ao estudante o delineamento de trajetórias de formação que lhe permitam ir do curso técnico ao doutorado dentro da mesma instituição.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem documental, composta por uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, pela legislação que rege a educação profissional e por análises de documentos oficiais produzidos pelo MEC e pelos IF.

O principal documento que compõe esta análise documental é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual contempla o planejamento e o desenvolvimento institucional, no plano acadêmico e no administrativo, e que define a missão da instituição, suas diretrizes pedagógicas, sua estrutura organizacional, suas metas e objetivos para um período de cinco anos (MEC, 2017a).

Considerando que cada unidade federativa do país possui pelo menos um IF e que após a conclusão do Plano de Expansão da Rede Federal de EPT² o número de *campi* dos IF totaliza cerca de 644 escolas (MEC, 2017), fez-se necessário selecionar alguns IF para compor esta pesquisa.

Com o objetivo de conferir uma abrangência nacional à pesquisa, bem como possibilitar a obtenção de uma visão mais diversificada da configuração dos IF quanto aos cursos ofertados, os critérios de seleção dos IF foram a localização geográfica e o número de *campi*. Foram selecionados dois IF por região geográfica do Brasil, optando-se pelos que possuíam o maior número de unidades de ensino no momento em que a pesquisa foi desenvolvida, totalizando 10 (dez) IF.

A Tabela 1 apresenta os IF que foram selecionados para a pesquisa, indicando sua localização geográfica e o número de *campi* de cada instituição selecionada.

REGIÃO	INSTITUIÇÃO	
NORTE	IF AMAZONAS	IF PARÁ
NORDESTE	IF Ceará	IF Maranhão
CENTRO-OESTE	IF Goiás	IF Mato Grosso
SUDESTE	IF Espírito Santo	IF São Paulo
SUL	IF Paraná	IF Santa Catarina

Tabela 1 - Instituições que compõe a amostra da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PDI das referidas instituições.

A pesquisa analisa os PDI 2014-2018 dos dez IF selecionados, cujo conteúdo mostra o caminho que estes IF trilharam após cinco anos da sua criação e sua projeção de crescimento para os próximos cinco anos. Os documentos foram lidos na íntegra e analisados individualmente.

² O Plano de Expansão da Rede Federal de EPT teve por objetivo promover a expansão das vagas da educação profissional e a interiorização de sua oferta. Este plano foi executado entre os anos 2005 e 2016 (MEC, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos PDI dos IF selecionados para a pesquisa permitiu que fosse construído um panorama da configuração da oferta de vagas e de novos cursos traçada por estas instituições por um período de cinco anos.

Foi realizado um levantamento do cronograma de oferta de novos cursos e de vagas nos PDI de cada instituição selecionada para a pesquisa. Os resultados de cada IF foram tabulados em diversas planilhas e, posteriormente, sintetizados em duas tabelas que representam o mapeamento da configuração da previsão de vagas e de novos cursos pelos IF durante o período de vigência dos PDI analisados.

O primeiro mapeamento realizado refere-se à previsão do número de vagas disponibilizadas pelos IF para os cursos ofertados no período de vigência dos PDI analisados. As informações coletadas foram sintetizadas na Tabela 2.

NÍVEL DE ENSINO	VAGAS DISPONIBILIZADAS (%)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Cursos Técnicos	73,0	69,4	66,2	64,5	63,4
Tecnologia	10,4	9,0	9,8	10,5	10,6
Bacharelado	6,8	8,9	10,4	11,3	12,2
Licenciatura	6,3	8,1	8,5	8,6	8,4
Pós-Graduação Lato-Sensu	3,2	4,3	4,8	4,5	4,8
Pós-Graduação Stricto-Sensu	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6

Tabela 2 - Previsão de oferta de vagas por nível de ensino pelos IF analisados (%)
Fonte: Elaborado pela autora com base nos PDI das referidas instituições

Quanto à reserva de 50% de suas vagas para a educação profissional de nível médio estabelecida em lei, os dados apresentados na Tabela 2 mostram que os IF selecionados para a pesquisa estão em conformidade com o que foi determinado pela legislação. Porém, é importante observar que o percentual de previsão de oferta de vagas para os cursos técnicos de nível médio vem diminuindo gradativamente, aproximando-se cada vez mais do mínimo exigido em lei, e, por conseguinte, aumentando o percentual de vagas ofertadas para os cursos da educação superior.

Em relação à deliberação prevista pela legislação para a reserva de 20% das vagas ofertadas pelos IF para os cursos de formação de professores, a partir dos dados levantados, é possível perceber que os IF selecionados para a pesquisa ainda não atingiram o patamar mínimo estabelecido pela legislação. Porém, a série histórica projetada a partir dos dados coletados e representados na Tabela 2, aponta para uma tendência de crescimento da oferta destes cursos pelos IF.

É preciso ressaltar que a Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), apesar de estabelecer uma reserva na oferta de vagas para cursos de formação de professores, abre exceção para os casos em que as demandas sociais locais pela formação em nível superior justificarem um ajuste na oferta de vagas para estes cursos, desde que o percentual de reserva de vagas para a educação profissional de nível médio não seja alterado.

Na leitura dos PDI selecionados é possível identificar justificativas para a baixa oferta de vagas para os cursos de licenciatura pelos IF. Uma das principais justificativas é o atendimento às demandas locais por formação técnico-profissional a fim de garantir que os IF estejam inseridos no contexto social e produtivo de seus *campi*. Outra justificativa apontada pelos PDI é a inserção recente da oferta de cursos de licenciatura na história dos IF, o que demanda o aumento gradativo do quadro de servidores destas instituições IF qualificados para atuar nos cursos de licenciatura.

A oferta de cursos de licenciatura e de programas de formação docente pelos IF requer uma investigação sobre as políticas de formação de professores para a educação profissional, sobre o trabalho docente no país e suas implicações na demanda por cursos desta natureza. Estas discussões não fazem parte do escopo desta pesquisa, que reside na configuração dos IF e na construção de um panorama da oferta da educação profissional por estas instituições.

Continuando o delineamento da configuração da oferta da educação profissional pelos IF, o próximo passo foi realizar um levantamento nos PDI sobre a previsão de oferta de cursos por nível de ensino em cada IF. Os resultados apurados foram tabulados e são apresentados na Tabela 3.

NÍVEL DE ENSINO	NOVOS CURSOS (%)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Cursos Técnicos	71,7	63,8	59,0	56,8	55,2
Tecnologia	5,5	8,0	9,6	11,0	12,2
Bacharelado	8,2	8,6	9,3	10,1	10,5
Licenciatura	7,4	9,8	10,4	10,6	9,8
Pós-Graduação Lato-Sensu	3,9	6,0	7,7	7,3	7,6
Pós-Graduação Stricto-Sensu	3,2	3,8	3,9	4,3	4,6

Tabela 3 - Previsão de oferta de cursos por nível de ensino pelos IF analisados (%)
Fonte: Elaborado pela autora com base nos PDI das referidas instituições

De acordo com a Tabela 3, pode-se perceber que a maior parte dos cursos previstos para serem ofertados pelos IF é composta por cursos da educação profissional de nível médio. Entretanto, os dados mostram que o percentual da oferta destes cursos vem caindo gradualmente em todos os IF.

Os dados dos PDI selecionados mostram que a oferta de cursos de formação de professores pelos IF ainda é pequena em relação aos demais cursos de nível superior ofertados por estas instituições. A leitura dos PDI aponta a baixa demanda por cursos de formação de professores aliada à composição do corpo docente das instituições como algumas das justificativas apresentadas pelos IF para esclarecer a pequena oferta de novos cursos desta natureza.

Confrontando a Tabela 2 com a Tabela 3 é possível perceber uma diminuição na oferta de cursos e vagas para a educação profissional de nível médio. O percentual mínimo de vagas de cursos técnicos exigido em lei é mantido, porém os dados apontam uma queda na diversificação da oferta de cursos técnicos e uma ampliação na diversificação de cursos superiores e pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares têm permitido à pesquisadora conhecer o panorama atual da distribuição de vagas e de cursos nos IF e analisar como estas instituições estão se configurando desde sua criação até os dias de hoje em relação às diretrizes inseridas na sua proposta de criação e nestas instituições.

A partir dos dados coletados, verificou-se que os IF apresentam uma forte tendência de expansão na oferta de cursos superiores, apesar da garantia estabelecida em lei para a reserva de 50% de suas vagas para a educação profissional. No entanto, é importante observar que a própria estrutura organizacional dos IF, com oferta de educação verticalizada, do ensino médio à pós-graduação, favorece a ampliação dos cursos superiores.

É possível, portanto, perceber contradições entre as diretrizes inseridas na proposta de criação dos IF. As instituições tem como prioridade a oferta da educação profissional de nível técnico, porém estão autorizadas a atuar no ensino superior. Quanto à atuação no ensino superior, os IF devem ofertar preferencialmente cursos de licenciatura, porém podem ofertar cursos de bacharelado.

A análise inicial dos PDI indica que, apesar da ampliação do alto grau de abrangência dos IF, a finalidade principal destas instituições permanece na oferta de educação profissional e tecnológica que atenda às demandas do setor produtivo.

Diante disso, um dos desafios a serem enfrentados pelos IF é a retomada da oferta de uma educação profissional integrada à formação geral inserida nas diretrizes do projeto de sua criação, característica marcante das escolas técnicas federais que lhes deram origem.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. da C. C., **Escolas Técnicas Federais: Escolas de Elite ou Instituições que Formam para o Trabalho?**. Revista RETTA, Seropédica, v. 1, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=article&op=view&path%5B%5D=3131>>. Acesso em 10 nov. 2016.

BRASIL, **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 15 set. 2015.

_____, **Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998**. Artigo 47: altera o art. 3º da Lei Federal nº 8.948/94. Artigo 66: revoga os arts. 1º, 2º e 9º da Lei Federal nº 8.948/94. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LF9649_98.pdf>. Acesso em 01 dez. 2016.

_____, **Decreto nº 5.154/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 15 set. 2015.

_____, **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá Outras Providências. Diário Oficial da União, Edição de 30/12/2008. Brasília, 2008.

CAMPELLO, A. M., **“Cefetização” das Escolas técnicas Federais – Projetos em Disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990**. Educação e Tecnologia, 2007, v. 12, nº 1, p. 26-35, jan/abr. 2007. Disponível em <<https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/92/94>>. Acesso em 15 dez. 2016.

CARVALHO, M. A. de, e CARNEIRO, M. E. F., **Educação Profissional, Ensino Agrícola e Suas Dualidades: Entre o Proposto e o Realizado**. In: SENEPT - Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Belo Horizonte, 2014. Anais do IV Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Belo Horizonte: CEFET, 2014, p. 1-17. Disponível em <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT03/GT_03_x39x.PDF>. Acesso em 22 nov. 2016.

CASTIONI, R., **Planos, Projetos e Programas de Educação Profissional: Agora é a Vez do Pronatec**. Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 26, n. 01, p. 25-42, jan./abr. 2013, Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociais humanas/article/view/5921>>. Acesso em 10 ago. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Divisão Regional**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em 20 out. 2015.

JURACY, C., **Institutos Federais Lei 11.892 de 29/12/2008. Comentários e Reflexões**. Natal: IFRN, 2009. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/713_Lei%20n%C2%BA%2011.892%20-%20Comentada.pdf>. Acesso em 11 fev. 2016.

MEC - Ministério da Educação, **Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**, Brasília: MEC/Setec, 2008.

_____, **Expansão da Rede Federal**, Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso de 23 mai. 2017.

_____, **Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2017a. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.htm>>. Acesso de 05 jan. 2017.

OTRANTO, C., **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs**, Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ), Ano I, nº1, p. 89-110, jan-jun 2010. Disponível em: <<http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>>. Acesso em 29 abr. 2015.

PADILHA, R. de F. S. J. e LIMA FILHO, D. L., **A Oferta de Educação Profissional Verticalizada nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, O Que há de Novo?** In: ANPedSul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Curitiba, 2016. Anais XI ANPedSul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_ROSANA-DE-F%C3%81TIMA-SILVEIRA-JAMMAL-PADILHA-DOMINGOS-LEITE-LIMA-FILHO.pdf>. Acesso em 17 fev. 2017.

RAMOS, M. N, **A Reforma do Ensino Médio Técnico nas Instituições Federais de Educação Tecnológica: Novas Identidades Institucionais e Subjetividades Docentes**. In: XIII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2006, Recife. Anais. Recife: UFPE, 2006. Disponível em: <endipe.pro.br/anteriores/13/painéis/paineis_autor/R2180-1.doc>. Acesso em 18 nov. 2016.

_____, **História e Política da Educação Profissional**, 1ª ed. Curitiba. IFPR-EAD. 2014. Coleção Formação Pedagógica, Volume IV. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2016

TAVARES, M. G., **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As Etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil**. In: ANPedSul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul, 2012. Anais IX ANPedSul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em 17 out. 2014.